

CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA REGIÃO SUL – CERES

Área de Conhecimento	Ementa/Bibliografia
Tecnologia do Pescado	<p><u>Ementa:</u> Composição físico-química e nutricional do pescado e seus derivados; Análises sensoriais e físico-químicas do pescado; Fatores que interferem na qualidade do pescado e seus derivados (comestíveis e não comestíveis); Regulamentos e padrões de identidade e qualidade dos produtos de origem animal; Fluxogramas de estabelecimentos e exigências legais (legislações nacionais) para o recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, condicionamento, embalagem, rotulagem, depósito, trânsito e comercialização do pescado, seus produtos e subprodutos comestíveis e não comestíveis; Programas de qualidade (autocontrole) em estabelecimentos e indústrias de alimentos; Rastreabilidade na indústria pesqueira; Bem-estar animal e abate do pescado.</p> <p><u>Bibliografia:</u> BRASIL. Portaria nº 185, de 13 de maio de 1997. Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Peixe Fresco (Inteiro e Eviscerado). Diário Oficial [da] União, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, DF, 19 mai. 1997. BRASIL. Decreto nº 9.013 de 29 de março de 2017. Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA. Diário Oficial [da] União, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, DF, 29 mar. 2017. GONÇALVES, A.A. Tecnologia do Pescado: Ciência, Tecnologia, Inovação e Legislação. São Paulo: Atheneu, 2011. OGAWA. Manual de Pesca: Ciência e Tecnologia de Pescado. São Paulo: Manole, 1999. ORDÓÑEZ PEREDA, Juan A. Tecnologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 2. SANTA CATARINA. Decreto estadual nº 31.455, de 20 de fevereiro de 1987. Regulamenta, em Santa Catarina, os artigos 30 e 31 da Lei no. 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõem sobre alimentos e bebidas. Florianópolis, 1987. SANTA CATARINA. Decreto estadual nº 02, de 08 de janeiro de 2015. Altera e acresce dispositivos ao decreto nº 31.455, de 1987, que regulamenta os arts. 30 e 31 da lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõem sobre alimentos e bebidas. Florianópolis, 2015.</p>